

Uma leitura americana do corporativismo português *

I

AS BOAS OU MÁΣ COMPANHIAS

A obra em análise é um grosso e, como veremos, ambicioso volume de mais de quatrocentas páginas, fruto de um ano sabático transcorrido em Portugal. Onde o autor, tendo tomado demorado assento nas nossas bibliotecas e arquivos (alguns deles privados, como os dos Profs. Pires Cardoso, Pereira Neto e João Lumbralles), também viajou e entrevistou centenas de pessoas, entre as quais dezenas de responsáveis — a vários níveis — do deposto regime e da organização corporativa; introduzido por homens tão próximos do assunto como os já citados; como, por exemplo, o Prof. António da Silva Leal, de outra geração e tendência, que dirigia o Centro de Estudos Sociais e Corporativos.

Howard G. Wiarda já antes se tinha debruçado sobre o tema (são seus «The Portuguese corporative system: basic structures and current functions», in *Iberian Studies*, n.º 2, 1973, e *Transcending Corporatism? The Portuguese Corporative System and the Revolution of 1974*, Columbia Institute of International Affairs, University of North Carolina, 1976). E também já escrevera de espaço, quer sobre outros regimes ou situações em que descortina traços ou fermentos corporativos (*The Catholic Labour Movement in Brazil*, Nova Iorque, Praeger, 1972, e *Dictatorship and Development... in Dominican Republic*, University of Florida Press, 1968, 1970), quer acerca do enraizamento histórico e da persistência actual do corporativismo em vastas áreas europeias e americanas («Corporatism and development in the Iberic-Latin world», in *Review of Politics*, n.º 36, 1974, *The Corporative Origins of Iberian and Latin American Labour Relations Systems*, University of Massachusetts, 1976, etc.), desembocando inclusivamente num título provocante (*The Latin Americanization of the United States*, University of Massachusetts, 1974), a sugerir que mesmo as democracias de mais ilustre extracção liberal também estão ficando com o seu quê de orgânico. Ou com o grão na asa, dir-se-á...

Por este lado, o esforço de Wiarda não desagradaria aos próceres do Estado Novo, que, como é sabido, se consideraram exemplo aproveitável

* Howard G. Wiarda, *Corporatism and Development: the Portuguese Experience*, The University of Massachusetts Press, Amherst, 1977.

fora de portas. Mas também vem ao encontro de adversários do dito Estado, que, sem o considerarem exemplar nem propriamente precursor, têm reconhecido no multiforme corporativismo uma das tendências de fundo (não a única, repare-se) das sociedades contemporâneas, avançadas ou não.

A este respeito ocorre citar outro *scholar* americano, Phillippe C. Schmitter (*Still the Century of Corporatism?*, Notre-Dame University Press, 1974, e «Modes of interest intermediation and models of societal change in Western Europe», in *Corporative Political Studies*, vol. 10, 1977), que desde há anos chama a atenção dos seus pares para a problemática actualidade de Mihail Manoilescu, até hoje o maior teórico do sistema cujo inevitável e generalizado advento há meio século profetizou (*Le Siècle du Corporatisme*, Paris, Alcan, 1934); actualidade essa que, segundo Schmitter — e profecias à parte —, se pode inclusivamente estribar em análises económicas recentes, tão importantes como a de Andrew Schonfield (*Modern Capitalism: the Changing Balance of Public and Private Power*, Oxford University Press, 1965). É verdade que a doutrina portuguesa não precisou de estímulos exteriores para redescobrir Manoilescu enquanto autor singularmente moderno: acolhidas a título de hipótese interpretativa, as teses do *Siècle* constituem um dos fios condutores da minha *Évolution du Système Corporatif Portugais* (Paris, Institut de Sciences Sociales du Travail, 1971); e João Manuel Cortez Pinto, do qual sou devedor, já muito antes disso (*A Corporação*, 2 vols., Lisboa, 1954...) analisara esse corporativismo envergonhado, que, sob outros nomes, progredia — ou triunfava até — numa impressionante série de países de capitalismo avançado: França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Holanda... Não escaparam sequer à sua enumeração os anglo-saxões, cujas grandes empresas (*corporations*) a seu modo realizam uma integração do capital e do trabalho particularmente eficaz. E apenas teve de reconhecer que esse progresso era mais lento na ordem política do que na esfera das relações económicas e socioprofissionais. Mas isso de modo nenhum lhe desagradaria; nem a Manoilescu, que manifestou uma nítida preferência pelas construções «de baixo para cima» do corporativismo dito de associação, muito embora também tenha aceite as «de cima para baixo» do corporativismo de Estado, entre as quais, expressamente, a forma fascista de Benito Mussolini; aceitação a título transitório, claro, colocando-se o mestre numa postura algo semelhante à daqueles socialistas autogestionários dispostos a deixar que os autoritários dêem os primeiros passos na construção dos maviolosos amanhã. Há cerca de um ano, ao estudar os nossos organismos de coordenação económica ligados à lavoura¹, tentei demonstrar que esta analogia não é nada «formal», pois no nosso corporativismo de associação, a seu modo basista, se acham de veras algumas raízes (ideológicas e materiais) do posterior entusiasmo pelas cooperativas e pela autogestão.

(Nem foi por acaso ou mero oportunismo que o corporativista associativo Prof. Teixeira Ribeiro chegou a vice-primeiro-ministro de Vasco Gonçalves...) Ora ainda ninguém levantou esta luva: nova razão para continuar com Wiarda e Schmitter — em sedes quase sempre americanas — a discussão possível. E nós por cá todos bem, obrigado. Mas adiante.

Por outro lado, Wiarda também se inscreve, com este seu último livro, na plêiade dos estudiosos norte-americanos que, ao longo da última dé-

cada, muito têm feito avançar o conhecimento e a compreensão do Estado Novo português, no que ele teve de próprio e intransmissível, aquém ou além da sua significação na teoria geral dos sistemas sociopolíticos. Plêiade essa de que também fazem parte o citado Schmitter (*Corporatist Interest Representation and Public Policy-Making in Portugal*, 1972; *The Social Origins, Economics, Bases and Political Imperatives of Authoritarian Rule in Portugal*, 1976), Joyce Riegelhaupt (*Peasants and Politics in Portugal: the Corporative State and Village «Non-Politics»*, 1973), Lawrence S. Graham (*Portugal: a Bureaucracy of Empire*, 1973), Harry M. Makler (*The Portuguese Industrial Élite and its Corporative Relations*, 1975), etc. Perdõem-me os leitores tanta bibliografia, mas parece-me indispensável fornecê-la aos eventuais interessados, tão pouco divulgada está.

De todo este exórdio resulta que devo tratar da obra de Wiarda em dois tempos: começarei pela teoria do corporativismo, em que ele se apoia, e passarei depois à análise que nos dá do caso português.

II

A LINHA GERAL

No seu livro, Wiarda trabalha com duas noções de corporativismo, que se não contradizem, mas só em parte coincidem:

a) A primeira, «formal», contempla as ideologias e as expressas intenções dos regimes que, nos anos 20 e 30 deste século, «enfatzaram uma concepção organicista e solidarista do Estado e da sociedade [...] segundo a qual os governantes não são escolhidos por sufrágio directo dos cidadãos [...] mas indirectamente eleitos por grupos profissionais, sociais e económicos, no quadro de um sistema de representação funcional. O que implica a organização de todos os sectores da economia, compreendendo o capital e o trabalho, em grupos exclusivos e monopolistas; e ainda a integração destes grupos numa hierarquia de sindicatos e outras instituições representativas, culminando, no topo, em uma série de corporações, etc.» (p. 7). Para portugueses não é preciso prolongar a citação.

b) A segunda, «material», é independente da consciência que os históricos actores tenham ou não tenham do que fazem, bem como dos mudáveis rótulos que, por convicção ou conveniência, resolvem usar. E aqui será corporativo, *volentis nolentis*, todo e qualquer «sistema hierarquizador e centralista de representação institucionalizada (*corporate*) sectorial e funcional, de autoridade estatal burocrático-patrimonialista, de clientismo dirigido por uma *élite* [...] e cuja economia seja predominantemente mercantilista e capitalista de Estado» (p. 8). Aqui, naturalmente, Wiarda esclarece que já se não está só referindo aos regimes nados e criados num tempo dado da primeira metade do nosso século; mas sim a uma história muito antiga, que vem de mais longe e ainda não acabou. Tendo sobretudo em mente toda e qualquer «sociedade organicista predominantemente católica» e cuja cultura política² também derive, em grande parte, dessa

² Wiarda refere-se sobretudo «ao ideal, antimachiavélico», de integração orgânica das esferas ética e sociopolítica; e a Francisco Suarez, que «fundiu a velha concepção tomista das ordens [...] com o novo conceito de poder absoluto dos reis, conformador do Estado» (pp. 17-18).

religião. Eis o que consta no pedaço de texto que há pouco, ao citar, saltei, para mais relevo agora lhe dar.

Esta concepção de Wiarda não encerra forçosamente o corporativismo no mundo das culturas ibéricas e latino-americanas, no qual tem constituído a tradição dominante; e onde a emergência, primeiro (a longa subsistência depois), de um «Estado orgânico», burocrático e mercantilista tem de ser historicamente entendida em diálogo (que é compromisso e também disputa) com «a poderosa tradição agrária e feudal». Mas atribui-lhe (ao corporativismo) uma área geográfica de eleição. Contrariamente às primeiras aparências, eis o que talvez seja parcial ou totalmente compatível, em última instância, com os argumentos fundamentais de Manoilescu, que não deduziu a inevitabilidade da expansão (contemporânea) do corporativismo, nem da relação com velhas estruturas sociopolíticas, nem de factores culturais. (Ligou-a, por um lado, à evolução de um capitalismo em que o factor organização impõe cada vez mais a sua lei tanto ao capital como ao trabalho, disciplinando-os; e, por outro lado, à crise e à derrocada dos impérios coloniais, que tem por consequência o agravamento da concorrência económica internacional, obrigando todas as classes e grupos sociais de cada país à colaboração permanente, sob pena de se desgraçarem juntos...) Mas o certo é que Wiarda não assenta arraiais por aqui: a sua tónica parece ser outra e vamos considerá-la com a devida atenção.

Segundo Wiarda, o modelo corporativo, historicamente enraizado, também constitui uma «resposta do mundo ibero-latino aos grandes problemas do século XX, postos pelo capitalismo, pela industrialização e pela sociedade de massas» (perfácio, p. X). Não deve, pois, julgar-se que estamos perante um sistema propriamente reaccionário. É tão-só conservador, filtrando cuidadosamente as tendências modernizantes, rejeitando-as por vezes e optando, em geral, por um ritmo de desenvolvimento — «desenvolvimento subalterno» (p. 25) — mais lento, permitindo às nações ibero-latinas adaptarem-se à mudança, preservando simultaneamente as tradições e instituições do passado... (p. 17). Precisando o seu pensamento, o nosso autor explica que esta cautelosa e lenta adaptação à mudança é algo que vem de longe e que um dos elementos que através da história têm permanecido é o carácter essencialmente patrimonialista de um modelo sociopolítico em que a riqueza dos reinos, tal como os grupos e os indivíduos..., fazem parte do domínio privado do soberano (p. 19); soberano esse que primeiro foi um rei e depois o Estado moderno.

Mas, dentro desta perenidade, e através de «leves inflexões tão-só da estrutura do poder da sociedade», quantas mudanças! Para além do mero crescimento económico e da simples modernização, Wiarda aponta para um processo de progressivo alargamento do corpo político, que aos poucos foi integrando — nos países considerados — camadas da população cada vez mais amplas. Assim, os mercadores e homens de negócio foram os primeiros cooptados pelo sistema elitista tradicional, quando as velhas fazendas começaram a dar lugar a plantações capitalistas, sem que, no entanto, as anteriores relações clientelares... se alterassem muito. Mais tarde, a começo do século XX, chegou a hora de as classes médias serem assimiladas de modo semelhante; e então, em vez de formarem deveras uma classe à parte, subscreveram os valores da *élite* (desdenhando, por exemplo, o trabalho manual), e assim ajudaram a manter o sistema dominante, de duas classes, sem abrirem caminho a outro, mais pluralista... Depois, pelos anos 30, na grande época dos corporativismos formais, tra-

tou-se de integrar a classe operária em sindicatos oficiais. E, enfim, entrada a década de 60, pensou-se na integração dos camponeses, mediante programas de reforma agrária e pela extensão às zonas rurais das leis do trabalho urbano anteriores (p. 19). Em Portugal tivemos a previdência rural marcelista, mas não reforma agrária: esta nunca esteve na ordem do dia do Estado Novo... A descrição e a periodização de Wiarda, obviamente referidas à América Latina, ainda pediriam outras adaptações em se tratando do nosso país. Mas isso não é o essencial.

Essencial é a contemplação, que nos propõe, da extensa rede associativa mais ou menos inspirada e tutelada pelos públicos poderes (sindicatos, grêmios...) que actualmente abrangem todos os grandes grupos sociais «num sistema concebido em termos de metáfora familiar, implicando uma liderança forte, mas complacente», no quadro de um Estado que, «com os seus milhentos organismos, serve de agente de integração nacional, solidarizando os diversos grupos, ou interesses, do corpo político, qual filtro e regulador através do qual se apura a legitimidade das novas forças políticas e sociais; e através do qual elas são aceites no sistema» (p. 20). Como sempre, o poder permanece concentrado no executivo ou, mais precisamente, na pessoa de um chefe ou presidente, «com a burocracia dispensando os favores disponíveis aos que sabem merecê-los» (p. 20) e com o Governo «transformado numa espécie de vasto sistema de segurança social» (p. 25). Eis a nova face da sua velha ténpera autoritária e clientelar. Este corporativismo, que constitui o processo político ibero-latino-americano de Wiarda, envolve, diz ele, não tanto o predomínio de uma classe... quanto a combinação de diversos elementos enraizados em distintas épocas históricas... E acrescenta, por outras palavras, que assim se evita a revolução, pois se trata mais de assimilar e reorganizar do que de inovar; e porque o processo modernizante «não envolve a substituição da ordem instalada por uma outra, mas antes a recepção de vinho novo por odres velhos» (p. 25).

Na mesma página, Wiarda reconhece a dificuldade de nessas nações se obter o consenso dos diversos parceiros sociais, «porque o poder deles é desigual e os respectivos interesses e visões do mundo são quase totalmente incompatíveis». Talvez por isso nos encontremos perante um sistema tendencialmente autoritário e funcionando melhor num contexto tradicionalista. Não obstante, uma análise de casos latino-americanos (Venezuela, México...) mostra que este corporativismo também pode evoluir para formas mais abertas, quicá democráticas, e enquadrar o desenvolvimento, sendo precisamente a sua «não incompatibilidade com um crescente pluralismo [...] que o torna tão interessante» (p. 21). Isto não significa, porém, que o nosso autor despose a teoria dos «estádios de crescimento», de Rostow, à qual os sistemas em apreço não correspondem lá muito bem: com efeito, «a modernização socioeconómica e a abertura (política) não têm andado de mãos dadas; e, por outro lado, os 'estádios' são teimosos, todos eles se recusando, como vimos, a deixarem-se pura e simplesmente substituir pelo seguinte [...]» (p. 15). Wiarda, que não é nada terno para o etnocentrismo *yankee*, sugere até, pelo contrário, que os EUA se estão hoje a latino-americanizar, com a burocracia e as tendências capitalistas de Estado minando pouco a pouco o liberalismo e a iniciativa privada do *american way*...

É ao chegar a este ponto, se perguntarmos pelo porquê desta inesperada convergência Norte-Sul (Wiarda, neste livro, não trata disso), que

talvez um encontro se possa dar com as análises de Manoilescu e de Schonfield, retomadas por Schmitter. Mas também não podemos excluir a hipótese de um recontro com elas. De qualquer modo, é claro para Wiarda — e nisso ele tem razão — que o seu corporativismo «ibero-latino» se não conforma nem com modelos «liberal-pluralistas» nem com o fascismo totalitário (p. 27). As nações corporativas em que nos fala não são Alemanha atrasadas (p. 5). Eis um bom princípio para quem queira abordar o caso português. Passarei de seguida a expor o que Wiarda nele vê, deixando para depois as críticas. Da descrição e interpretação do caso português é que o seu livro sobretudo se ocupa.

III

UMA DEFINIÇÃO PELAS RAÍZES

Como já vimos, Wiarda joga com duas noções de corporativismo, uma formal e material a outra; assentando aquela nas ideologias e programas que tanto furor fizeram no primeiro terço do século; e correspondendo esta às realidades, por vezes muito pouco programáticas, dos sistemas em causa. Sistemas hierarquizados e centralizadores, repita-se, em que a rede «orgânica» dos corpos intermédios institucionalizados e representativos funciona no âmbito de um Estado burocrático, clientelar e capitalista; um Estado a cuja autoridade esses corpos em definitivo se subordinam, muito embora também, por seu turno, a limitem. Ora esta última acepção — a qual nem exclui a outra nem com ela coincide — abrange muitas e desvairadas experiências, entre elas ocupando um lugar de eleição as decorrentes, desde há séculos, na Península Ibérica e na América Latina. Experiências essas, recorde-se, fortemente impregnadas de cultura católica, cuja clássica cristalização doutrinária foi obra dos doutores neotomistas de Salamanca e de Coimbra; e que, marcando profundamente o «feito» sociopolítico ibero-latino-americano, ainda hoje tendem a reproduzir-se. Às vezes mediante inesperadas metamorfoses...

Pois bem: é neste rumo histórico que o nosso autor enraíza o corporativismo salazarista, em termos que, por não serem de mera (superficial) analogia, suscitam o debate e a reflexão. Na impossibilidade de os aprofundar aqui, contento-me com referir — simplificando — certos argumentos atinentes à própria definição do Estado Novo e ao entendimento de algumas das suas reais ou aparentes contradições:

a) Em primeiro lugar temos a relação entre as antigas Cortes Gerais do Reino e as modernas corporações, salientando Wiarda que já aquelas não eram soberanas nem representativas «no moderno sentido anglo-americano da representação popular» (p. 37), nascidas que foram dos conselhos reais e reservadas a senhores, seculares ou eclesiásticos e homens-bons, com exclusão da arraia-miúda: a qual, de resto, também ficava à porta da Casa dos Vinte e Quatro, cabendo-lhe (quando lhe cabia) um papel subalterno em toda a organização das artes e ofícios. Bom. Mas todas estas verdades correm paredes meias com outras, a saber: que as Cortes constituíam, não obstante, um contrapeso ao poder real, além de serem

um órgão da sensibilidade política dos reis. Contribuindo para regular uma «monarquia temperada» (p. 43), conferindo à autoridade dos monarcas um aspecto pactuado e reforçando-lhe o carácter paternalista. Sem que jamais, «ao longo de toda a história portuguesa, o conflito entre as tendências absolutistas e centralizadoras [...] e os defensores dos privilégios corporativos e dos interesses de grupo deixasse de ser dominante» (p. 35), sucedeu, no entanto, que, por via de regra, assumiu formas contidas. E, até muito tarde, não surgiram em Portugal «forças poderosas lutando por uma genuína soberania popular» (p. 36). Mesmo no auge do absolutismo, o rei nunca terá, portanto, deixado de ser, no fundo, moderador sereníssimo, embora autoritário. E daí, passando pela Carta Constitucional, chega-se a Salazar... Wiarda diz, a páginas tantas, que Salazar, confirmando a República, atribui às Forças Armadas o papel arbitral (o «poder moderador»), que, com a queda da Monarquia, ficara temporariamente desprovido de titular. Mas deve entender-se — acrescento eu — que apenas com elas o partilhou... De qualquer modo, não parece despropositado adiantar que Salazar concebeu o Estado Novo como uma espécie de «monarquia temperada», em que o poder central — fonte, como sempre, do direito positivo — não cedia as suas prerrogativas à «nação orgânica», nem antes nem depois de aparecerem as corporações. Pois temia que essa cedência fosse o fim do Estado; e achava que dessas prerrogativas só o próprio soberano pode talvez usar sem corporativamente abusar. De resto, o antigo presidente do Conselho conhecia bem a fraqueza das nossas «forças vivas», e por isso sempre lhes trouxe a rédea curta, muito embora talvez tivesse gostado de as poder soltar (e respeitar) um pouco mais.

Respeitá-las-ia e soltá-las-ia, como um pai atento, só quando já crescidas, quando o já pudesse fazer sem o menor risco: em sede política, o salazarismo era cauteloso até ao tutano, fugia do risco como o diabo da cruz. Eis o que logo apontou para a supressão das liberdades, que são necessariamente arriscadas; a não ser que se pautem por critérios de oportunidade, como meras franquias que um rei magnânimo gosta de distribuir, a seu tempo, pelos agradecidos povos. Liberal será então, mas não em sentido moderno.

b) Outra tradição, que também já mencionei, é a do capitalismo de Estado — e, mais em geral, ligada a ele, de uma ideia da Nação como empresa pública... —, da Casa da Índia e do sistema das donatarias até Salazar (de novo ele), com passagem pelo marquês de Pombal, pelas obras públicas do fontismo, etc. Um capitalismo de Estado inseparável da vasta teia burocrática e clientelar que à uma o faz, à outra é por ele feita; e que expande as suas tendências monopolistas num país «de pequenos comerciantes e empresas familiares [...] mais do que de verdadeiros empresários no sentido de Schumpeter» (p. 52). Não insistirei aqui neste ponto. Mas devo dizer que Wiarda, ao acentuar a vocação empresarial e «patrimonialista» do Estado Português, também não desconhece a persistência, entre nós, de uma tensão entre as iniciativas estatal e privada. Apenas enfatiza a dependência, por vezes essencial, em que a segunda longamente esteve da primeira. E se calhar ainda está: pois muito se fala no papel motor do Estado Novo, cuja acção permitiu o lançamento e posterior sustento de negócios diversamente inconcebíveis; e que também foi pesado co-responsável, pela criação, às vezes peça a peça, de inteiros

sectores sindicais, gremiais e (*nota bene*) cooperativos. Mas pouco se repara em que, sob novas formas, muito deste seu activismo se tem mantido — e às vezes reforçado — depois do 25 de Abril.³

c) A conjugação do que fica dito nas duas alíneas anteriores é susceptível — parece-me — de lançar alguma luz sobre as ambiguidades do corporativismo salazarista e da própria fé corporativa de Salazar, que muitos acham ter sido, afinal, bem pouca. O próprio Wiarda, começando por salientar que artífices do corporativismo foram em Portugal os doutrinários do dito — que bem depressa lançaram uma extensa rede de organismos corporativos e de coordenação económica —, repara depois em toda uma série de persistentes anomalias, que vão do atraso na criação dos organismos superiores ao marasmo ou à distorção de muitos primários, passando pela fraqueza da contratação colectiva, pelo fracasso da almejada autodirecção da economia, etc. Adiante hei-de referir algumas ideias suas acerca de tudo isto. Mas podemos desde já pressentir que o pragmatismo de Salazar não implicava por força descrença, antes se filiando, provavelmente, numa concepção corporativa mais próxima das tradições «materiais» acima referidas do que da noção «formal», idealista — e quiçá «passadista», no sentido de umas corporações «à antiga portuguesa», medievais, que afinal só existiram em imaginações muito mais modernas... —, de outros próceres do Estado Novo. Estes — um Marcello, um Teotónio — é que acreditaram piamente, pelo menos enquanto jovens, na autodirecção da economia e no vindouro triunfo, que nunca veio, do corporativismo de associação. Ora nem o capitalismo português tinha dinamismo bastante; nem os parceiros sociais costumavam entender-se pelo seu pé uns com os outros na nossa sociedade civil; nem o nosso passado político favorecia esses sonhos. Só muito mais tarde, à beira do fim, e já sob Marcello Caetano, é que a sociedade civil, já mais crescida, deu alguns ares da sua graça. E por isso foi um fim tão perplexo (o do corporativismo), que ainda se não sabe como acabará. Mas não antecipemos. Consideremos antes a trajetória do Estado Novo tal como Wiarda a vê.

IV

VONTADE E DESTINO

Outra virtude do livro que estamos a percorrer consiste em nos não contar uma monótona história inteiramente predeterminada na sucessão dos seus dias: obediente aos categóricos imperativos de uma qualquer essência por desvendar; correspondente aos propósitos (vis propósitos?) dos protagonistas; ou simplesmente preconcebida segundo as preferências

³ Pela minha parte, tenho sobretudo estudado esta continuidade da acção estatal em dois campos: o do cooperativismo agrícola (cf. *Relatório sobre a Extinção dos Grémios da Lavoura e Suas Federações*, Lisboa, Fundação de Ciências Políticas, fotocopiado, vol. I, caps. I, *in fine*, e III, 1978) e o dos organismos de coordenação económica, em que proliferam tendências empresariais (cf. *Análise Social*, n.º 56 a 58).

dos distintos autores, que dela se ocupam com variável argúcia. Muito pelo contrário, Wiarda procura captá-la *in fieri*, como coisa que ainda não estava escrita ao fazer-se e para cujo acontecimento foi importante e operante (mesmo quando em certa medida frustrada) a vontade dos homens. Eis uma virtude assaz rara no âmbito destes estudos portugueses, usualmente vitimados pela paixão: um olhar problemático, simpático — no sentido da vibração em consonância com o objecto —, e por isso capaz de se contradizer e corrigir em andamento, compensando até, intuitivamente, certas lacunas ou deficiências de informação, em que adiante falarei.

Claro que, dados o seu ponto de partida teórico e a consciência das raízes em que já falei, se não poderia esperar de Wiarda uma contemplação toda ingénua e desprevenida do Estado Novo. E ainda bem, porque semelhante estado de espírito se faz habitualmente acompanhar, e amargamente pagar, por um empirismo míope. Em Wiarda depara-se-nos outra coisa: estamos perante uma visão orientada e «tendencial», sem ser tendenciosa, que dá conta da influência dos antigos moldes sobre as novas formas, situando o fluir contemporâneo na linha de fortíssimas correntes vindas de trás. (Não sendo pois previsível que nos venham a sair, como que por encanto, da frente...) Quando muito, podem ser confirmadas, ou contrabalançadas, por vezes desviadas, raramente (e apenas parcialmente) invertidas pela vontade seja de quem for. E, embora a vontade salazarista, como é notório, não tenha tido carácter subversivo, também é verdade que foi forte e tentou a seu modo — conservadoramente — inovar. Não deixando, no decurso dessa tentativa, de ficar mais ou menos prisioneira das tradições que reverenciava, algumas das quais, porém, desejava atenuar, se não mesmo, pouco a pouco, inverter: estou sobretudo pensando na elefantíase do Estado, na sua perturbante vocação empresarial, no delírio burocrático que por via dele se apodera (Salazar *dixit*) do comum dos mortais... Tudo coisas, repare-se, que bem contribuíram para pôr em termos de acentuado autoritarismo um culto salazarista da autoridade, já de si apto a resvalar nessa direcção, mas que se concebia diverso — e bem mais contido. Em tempos de dissídio e dispersão da sociedade civil, de crise capitalista mundial, de fascismo, franquismo, nazismo, bolchevismo e guerra, o declive tornou-se acentuadíssimo; e todas as referidas tradições engrossaram pela encosta abaixo, à revelia da doutrinação. Assim se adiando *sine die*, até se perderem em cansadas imaginações, a democracia orgânica, a autodirecção da economia e o corporativismo de associação, mais as liberdades antiliberais e a justiça interclassista que lhes eram teoricamente inerentes. Num certo sentido, tudo então ficou como sempre ancestralmente fora. E, por outro lado, tudo pareceu vir como um déspota de antemão tivesse mandado. A ideia de que nenhuma outra possibilidade despontou jamais no horizonte salazarista tem aqui uma raiz muito funda. Não se podendo dizer que seja nem certa nem errada: com algo de mitológico, não vale como tese; mas dá uma indicação.

A este respeito — e reentrando no livro de Wiarda — cumpre dizer que ele reflecte bem a dialéctica entre os desígnios políticos e a necessidade que sobre eles constantemente recai. Pois consiste sobretudo na demonstração de como a força das coisas foi circunscrevendo a tenacidade salazarista; e de como, afinal, o destino vencia, mas também era «conformado» em retorno. Eis um tema árduo. Para concretizar, vejamos como o nosso autor interpreta o advento e depois as grandes etapas do Estado Novo.

a) O DEALBAR DO REGIME

Considerando o advento do salazarismo, Wiarda aborda duas questões: a das origens ideológicas (e das bases sociais) do Estado Novo; e a da arrancada política do regime, inseparável da ascensão do seu chefe.

Quanto às origens, basta referir que a correcta identificação das fontes próximas — com maior relevo para a doutrina social da Igreja do que para o fascismo italiano⁴, sem esquecer o contributo integralista (pp. 77-78) — se faz acompanhar pela sua inserção na história «ibero-latino-americana», atrás extensamente evocada, cuja influência parece predominante. A correspondência com o país profundo é que, como já dissemos, terá temperado o autoritarismo de Salazar, «servindo de poder moderador os militares em vez do monarca» (p. 97).

Décadas mais tarde, repare-se, a revolução do MFA também não olvidou, tudo somado, a brandura dos costumes...

Quanto a Salazar, era «um político extremamente sagaz que lutou pelo poder e dele usou com uma arte consumada» (p. 80); e cujo regime, contrariamente a uma difundida tese, se não terá primordialmente fundado na coacção. Wiarda diz que Salazar, como todos os grandes políticos, actuou «em sintonia com o sentimento político dominante» («*the main stream of political sentiment*»), pelo menos ao princípio; e acha que só no pós-guerra «o regime começou a perder o contacto com esse sentimento dominante, não sendo por acaso que só então se tornou plenamente ditatorial» (p. 81). Ainda voltaremos a este assunto. Mas convém desde já anotar que, para Wiarda, o salazarismo teve a seu favor um grande movimento de massas. Não decerto um movimento como o do fascismo italiano (vanguardista e voluntarista, anterior à tomada do poder e visando assenhorear-se por completo do Estado), mas algo de mais profundo, embora muito menos vistoso e organizado. Antes se diria talvez um movimento tendencialmente passivo, com o seu quê, portanto, de paradoxal, aflorando numa difusa hostilidade às agitações da 1.^a República e propiciatório de um fomento — que viria — da despolitização... Eis algo cuja existência efectivamente se presente — com a qual a da tardia UN, sempre larvar, algo terá tido a ver —, mas cujo preciso alcance ainda nos escapa. Tal como nos escapa a dosagem exacta da coacção e do consentimento nos primórdios do Estado Novo, contra o qual se deram revoltas armadas... Wiarda, que a este respeito é expeditivo, menciona a falta de sérios estudos históricos relativos ao período de 1926-33; e, por isso, as suas afirmações sobre a moderação inicial do deposto regime ficam, absolutamente falando, muito sujeitas a caução. Mas já quem se lembre de outros adventos europeus deste século — como o alemão ou o italiano (para já não falar nas guerras civis espanhola e russa) — dificilmente duvidará da relativa justeza dos seus dizeres. Por comparação, torna-se fácil exaltar a tal brandura de costumes, ainda que eles tenham sido, para bastante gente, muito amargos.

⁴ O que está certo em se tratando de identificar a inspiração mais íntima, que foi a de um catolicismo conservador (até na sua sensibilidade à questão social) e profundamente hostil ao liberalismo clássico, económico e político. Mas já cabia opor certas dúvidas ao reconhecimento desta predominância espiritual se com ela se pretendesse minimizar o contributo próprio do fascismo, que, a meu ver, foi decisivo ao nível da reestruturação do Estado

Acerca do acesso de Salazar ao poder e do seu modo, tão rápido quão imprevisível⁵, de se revelar como fundador e patrão de um novo regime, Wiarda reconhece, claro, o peso do homem e a coerência do seu programa, perante as veleidades dos demais. E também atribui a devida importância ao clima europeu da época, caracterizado pela proliferação das tendências autoritárias. Mas é na pertinência do corporativismo salazarista à tradição política nacional que vê o factor decisivo, junto à sedução específica do «Estado Novo», ao compromisso com que acenava a monárquicos e republicanos, a católicos e descrentes; ou ainda, noutra plano, a patrões e trabalhadores. Numa conjuntura — a da grande crise económica mundial — que «tornara absolutamente imperiosos o preenchimento do vazio organizacional [...], a adopção de controlos de emergência, a criação de instituições» (p. 96), tudo coisas de que o demo-liberalismo se mostrava decididamente incapaz. Adiante ouviremos Wiarda contar que as nossas «forças vivas» não vieram logo lançar-se calorosas nos braços do corporativismo. Pensaram no caso e desconfiaram muito, mais de uma vez, ao entrarem num casamento de conveniência, que nunca viria a tornar-se de profundo amor. A crise e a guerra acabaram por impô-lo sem remissão e os empresários tiveram de aceitar os doutrinadores. Mas a ideia corporativa também não ia passar incólume da teoria à prática.

b) INTERMÉDIO TEÓRICO

Numa visão de conjunto do corporativismo português, Wiarda sustenta que ele foi o instrumento «de uma mudança social controlada com o acento tónico posto em ambas as coisas: no controlo e na mudança» (p. 55). Nesta ordem de ideias, acrescenta que, a partir dos anos 30, a legislação corporativa lançou, apesar de tudo, as bases que permitiram «algumas mudanças fundamentais, embora fragmentárias, cautelosas e paternalísticas, segundo o clássico modelo ibero-latino-americano» (p. 137), a que já fizemos demorada referência. Essencialmente — diz o nosso autor —, a revolução corporativa acabou por levar à prática (dando-lhes outro conteúdo e diversa direcção) as reformas laborais e previdenciais que a 1.ª República prometera, mas se mostrou incapaz de realizar. E, assim, terá ensaiado, por partes, começando por certos estratos privilegiados, uma lenta integração sociopolítica das classes trabalhadoras. Enquanto, por outro lado, confirmava e consumava a transferência da hegemonia política da aristocracia para um composto de «burgueses, elementos da classe média e novos-ricos» (p. 137). Eis uma fórmula que, em princípio, merece reparos, por imprecisa. Mas devemos tomá-la pelo que no fundo significa: um princípio de conversa. Ponto é que, na sequência do texto, nos sejam fornecidas melhores explicações. Ora algumas não tardam: por exemplo, as relativas a um sistema económico decerto capitalista, mas «não tanto no sentido do *laissez-faire* privado quanto no de um capitalismo de Estado, em que o governo se encarregou não só de lançar e estimular negócios e de acumular capitais para investir, mas também de criar uma espécie de classe empresarial oficialmente sancionada [...] muitas vezes perante fortes objecções e relutância dos próprios capitalistas» (p. 147). Onde,

⁵ Esta imprevisibilidade é discutível (e há, por exemplo, quem diga que Salazar era, de há muito, o homem da Igreja, etc.), mas a discussão não cabe aqui.

aliás, outra ideia que aqui se não pode desenvolver — a de que também as classes trabalhadoras surgem entre nós, largamente, como criação do Estado —, útil talvez para compreendermos as relações entre ele e elas... Mas adiante.

De acordo com outros autores — e designadamente com Schmitter —, Wiarda afirma que a corporativização dos sindicatos portugueses visou não só privar as nossas classes trabalhadoras de um poderoso instrumento de luta — e ocupar o espaço institucional, evitando o aparecimento de sindicatos hostis ao regime —, mas também «dotar o Governo com um complexo de novas instituições capazes de o informar sobre o descontentamento operário, de canalizar medidas sociais selectivas, de cooptar dirigentes» (p. 131). E, se admite que, feitas as contas, o sistema funcionou, *grosso modo*, em termos favoráveis ao patronato, bem como à manutenção de uma hegemonia classista, logo acrescenta, porém, em aparente polémica com Schmitter, que este entendimento das coisas não deve levar-nos a minimizar o facto de que «a corporativização da classe operária se fez acompanhar de uma regulamentação das actividades comerciais e industriais de uma rigidez semelhante [...] [de modo que] o corporativismo chegou a ser tão detestado pelos homens de negócios quanto pelos trabalhadores». Em relação a isto, relembra «o desdém que Salazar e alguns companheiros seus, de origem modesta, sentiram pela burguesia, bem como as tentativas do regime no sentido de a controlar e limitar no seu poder e riqueza» (p. 132); e ainda o facto de «nenhum grupo social ter jamais conseguido impor-se como amo e senhor do Estado Novo». Ora tem razão nisto. Só que também acha que o corporativismo, com o decorrer do tempo, veio a funcionar em Portugal de modo cada vez mais distorcido e insatisfatório, «servindo-se o regime cada vez mais dos seus mecanismos de apertado controlo e relegando os programas de justiça social para segundo plano» (p. 133). Eis o que parece (e em certo sentido foi) decisivo. Cabendo então perguntar se tem grande interesse explicar em seguida que o acontecido se ficou a dever «mais às realidades do poder e aos jogos de influência no interior do sistema [...] e às necessidades práticas da política e da economia — dadas as prioridades do regime e as crises a que constantemente teve de fazer face — do que a qualquer secreto desígnio dos dirigentes corporativos ou do corporativismo enquanto tal». Expeditivamente, dir-se-á que esta distinção subtil não leva a nada. Mas dir-se-á mal. Algo hesitante e perplexa, tal abordagem de uma história ainda próxima reflecte flutuações que a caracterizaram. E a suspensão de juízos finais — benvinda quando não implica renúncia às hipóteses interpretativas — é que permite uma narração cujos laivos críticos manifestam um carácter isento, além de animado. Ora continuemos a segui-la, em linhas muito gerais.

c) O ARRANQUE CORPORATIVO

Em poucos anos e sob o impulso de Pedro Teotónio Pereira, «quase toda a estrutura corporativa (excepto as corporações propriamente ditas) foi instalada e entrou em funcionamento». Há nesta afirmação de Wiarda um evidente exagero, pois, além das corporações, muitos outros organismos continuaram a faltar (e alguns deles nunca viriam a surgir), designadamente certas federações e uniões e grémios tão importantes como os da

metalurgia, da cortiça, etc., para já não falarmos em tantas caixas de previdência faltosas; as quais, numa visão ampla, também deviam integrar o sistema. Não obstante, é verdade que o arranque corporativo foi vigoroso e, para os seus artífices, promissor. Mas despertou vivas resistências: não só da parte de alguns sindicalistas — poucos, diz Wiarda, pois a maioria, e com eles os trabalhadores, «viu de que lado soprava o vento e foi com ele» (p. 139) —, mas sobretudo da parte patronal. Foi o caso, por exemplo, dos comerciantes e logistas, «encerrados nos grémios obrigatórios», cuja movimentação obrigou Salazar a autorizar os facultativos (1934), reconhecendo publicamente que os empresários, contrariamente aos trabalhadores, não deviam ser todos metidos em organismos do mesmo tipo, «num só colete apertado, que provoca o estrangulamento da economia». (p. 142). Eis o que, sem renúncia aos designios integradores, obrigou a um tratamento diversificado dos vários ramos de actividade e a uma cuidadosa ponderação das forças em presença. Então o *small business* acabou por ser controlado «mais ou menos como os sindicatos», enquanto os maiores interesses conseguiram por vezes autogovernar-se e, por vezes, manter-se fora da estrutura gremial (p. 142). Assim começaram, de resto, a desvanecer-se alguns sonhos doutrinários. E, «enquanto alguns jovens ideólogos, como Marcello Caetano e Teotónio Pereira, pretendiam que a reestruturação corporativa devia vir em primeiro lugar, pois só dela sairiam a reestruturação política e a nova ordem económica, já os mais altos poderes — Salazar e o Exército — consideravam as coisas diversamente [...] para eles o restabelecimento da ordem tinha a precedência; só depois viria a recuperação económica [...] e a organização corporativa dependia dessas duas prioridades» (p. 128). Ora esta visão acabou por impor-se, malgrado os esforços de Teotónio, que foi afastado para Espanha em 1937. Por essa altura, os dados estavam, com efeito, lançados para um novo curso, bem diferente do que a doutrina preconizara.

d) A «DEGENERESCÊNCIA»

Com a guerra civil espanhola — e depois com a segunda guerra mundial —, Wiarda acha que se deram importantes passos no sentido de uma (apesar de tudo relativa) fascistização do regime português (com a PIDE, a Mocidade, a Legião...), tendo-se consumado — e nisto sobretudo insiste — a «degenerescência» em corporativismo de Estado do previsto e tão decantado corporativismo de associação. Então faleceu também, às mãos dos organismos de coordenação, a programática autodirecção corporativa da economia. Com efeito, a guerra deu azo a um controlo estatal cada vez mais extenso e mais pesado, bem como «ao crescimento de uma imensa máquina burocrático-gremial para a minuciosa regulamentação de todas as actividades económicas [...] com a elevação de alguns grémios à categoria de cartéis monopolistas» (p. 168); enquanto os organismos de coordenação económica acabavam por ser «completamente dominados pela *élite* comercial e industrial que deviam controlar» (p. 163); assim se consagrando desde muito cedo «uma fundamental assimetria de posições entre o capital e o trabalho» (p. 149). Pois a influência dos sindicatos sobre aquelas poderosas instâncias sempre foi praticamente nula. Os sindicatos funcionavam sim como correias de transmissão de uma política que impunha às classes trabalhadoras inúmer-

ros sacrifícios, incluindo fome, nesses anos difíceis. Eis o que custaria ao regime a nítida hostilidade de grande parte delas, culminando, a partir de 1942-43, numa vaga de agitação social e contestação política que durou até 1949: greves, MUD, etc. (pp. 170-174) — ocasionando a completa «perversão» ditatorial do salazarismo. Apesar da relativa abertura eleitoralista do após-guerra, Wiarda está convencido de que o Estado Novo só então descambou totalmente em ditadura. Mas este conceito na sua prosa não é nada técnico, antes designando o apogeu repressivo do regime do que numa exacta forma política. Ditadura parece aqui sinónimo de despotismo; e o agravamento deste resulta quase linearmente do acréscimo da contestação e da desafeição popular.

Claro que a guerra fria também ajudou à festa com os seus próprios rigores e determinando uma cada vez maior compreensão do luso autoritarismo pelos aliados ocidentais. Mas Wiarda insiste muito na contemplação dos processos internos, aos quais concede maior atenção do que à conjuntura internacional. Ora o que neste plano a seus olhos avulta — no pós-guerra e até finais da década de 50 — é, a par do aperfeiçoamento da repressão, «o imobilismo de todo o sistema» (p. 180). A primeira experiência corporativa estava desacreditada e ainda nada havia com que substituí-la. As condições de vida eram em Portugal muito más, na ausência de programas sociais dinâmicos, de políticas educacionais, previdenciais ou habitacionais adequadas, etc. Eis o que não podia deixar de conferir às sucessivas aberturas eleitorais uma significação modesta. Quando, depois da guerra, Salazar «usou a expressão ‘democracia orgânica’ para descrever um sistema que anteriormente definira como antidemocrático» (p. 175), é evidente que as liberdades não podiam ir longe. A polícia de Estado é que prosperou. Mas o regime nem por isso se tornou propriamente totalitário: mais autoritário do que nunca, isso sim, mas autoritarismo e totalitarismo são coisas bem diferentes uma da outra, quiçá opostas. De qualquer modo, a verdade é que o despotismo salazarista, ao reforçar-se, até foi relegando para segundo plano as organizações de inspiração mais tipicamente fascista, como a Mocidade ou a Legião... E, por outro lado, «o regime não tomou o caminho das perseguições e doutrinações em massa. E teve, é certo, um partido único [...] Mas, se a oposição foi severamente restringida nas suas actividades, o simples facto de ser autorizada a existir fez de Portugal algo muito diferente de um Estado totalitário» (p. 181). Foi — diz Wiarda — uma ditadura limitada, ou relutante, ou mansa, um regime autoritário, mas não totalitário, um regime paternalista e que «economizou o terror». Entretanto, ao longo desses anos, também se plantavam no seu seio e «no próprio abismo em que o sistema corporativo caíra, as sementes de um renascimento do corporativismo» (p. 181). Estamos a chegar aos passos mais interessantes da obra em apreço, a braços com um paradoxo característico do deposto regime e que lhe sobreviveu.

e) O APÓS-GUERRA

A primeira das referidas sementes consistiu na crítica interna impiedosa («*devastating in-house criticism*», pp. 182 e segs.) a que o sistema, na sua «degenerescência», foi submetido pelos próprios corporativistas logo a seguir à guerra: uma crítica à testa da qual esteve Marcello Caetano e na

qual logo (ou pouco mais tarde) tomaram batalhadamente parte «velhos» e «novos», grandes responsáveis políticos e figuras da periferia do regime, teóricos encartados e práticos de reconhecida competência, situados a vários níveis da organização corporativa. Em suma, homens como Pires Cardoso, Teixeira Ribeiro, Fezas Vital, Castro Fernandes, J. M. Cortês Pinto, Sedas Nunes, Xavier Pintado, Cid Proença e Quartim Graça, para já não falar em tantos outros nem nos deputados (entre os quais Botelho Moniz, João do Amaral, J. Braga da Cruz e o próprio Mário de Figueiredo) que levaram a cabo o célebre inquérito à organização corporativa de 1945-47. O qual inquérito — precedido (desde 1940) por múltiplas denúncias na Assembleia Nacional e fora dela — veio cruamente confirmar a existência de toda uma série de lamentáveis «desvios»: estatismo, mercantilismo, desigualdade e injustiça social, burocratização, corrupção... Perante todo este estendal de misérias próprias, o estudioso americano manifesta o seu pasmo, pois não sabe que outro requisitório assim amargo, repetido e sistemático se tenha feito ouvir dentro de um Estado autoritário e «portador de ideais», de direita ou de esquerda. E, com efeito, a crítica interna foi em Portugal muito longe (salvo quanto a identificar pessoalmente os grandes responsáveis concretos pelos males apurados — o que também é significativo, embora aparentemente escape ao estudioso americano...), chegando por vezes a pôr em causa, mais ou menos subtilmente, os fundamentos e as virtualidades do próprio sistema corporativo. Pois essa crítica, quase unânime na denúncia, ostenta cambiantes quanto às propostas de solução: havia quem quisesse regressar à inspiração das origens, libertar os organismos corporativos da sufocante tutela estatal, caminhar para o puro associativismo e para a autodirecção da economia; e quem preferisse reorientar o sistema abandonando esses designios maximalistas (bem como o da atribuição de poderes soberanos à Câmara Corporativa) e concebendo o corporativismo (no quadro de uma mera desconcentração dos públicos poderes) como simples instrumento de «concertação» e previdência sociais; havia, enfim, quem, deste ou doutro modo, conscientemente ou não, já no fundo abandonasse o corporativismo, embora sem contestar *expressis verbis* a ideologia que o animava. À boca da cena, ela continuava a dominar à larga — e na versão associativista. Mas um observador atento não se deixaria facilmente convencer pelas aparências.

Na prática, o Estado continuava a alastrar, frustrando as esperanças depositadas no triunfo de um corporativismo de associações; e mais ainda as que tinham por objecto o advento de uma economia autodirigida. E, embora, por via de regra, a frustração chegasse sob a forma respeitosa e atenuada do simples adiamento (que consentia se continuasse a alimentar uma velha chama), a verdade é que os prazos, sempre indefinidos, apontaram cada vez mais para as calendas gregas; pelo que muitos entusiasmos tiveram aos poucos de esmorecer. Em meados da década de 50, a disputa sobre o estatuto das corporações (de cuja criação, enfim, se tratava) constituiu um excelente banco de prova. E aí, uma vez mais, os associativistas acabaram por não obter ganho de causa em questões fundamentais, como, por exemplo, a da efectiva absorção — pelas corporações — dos «pré-corporativos» organismos de coordenação, proclamadamente transitórios, mas cuja vocação de liderante permanência já sobejamente se pressentia. (Foi legalmente consagrada em 1972 e os ditos organismos ainda hoje aí estão...) Toda a infidelidade à ideologia que estas coisas atestam deve ser, porém, cautelosamente encarada, pois bem pode dar-se

que não tenham constituído sintomas de morte do corporativismo — e sim de uma sua paulatina e despreconcebida metamorfose.

A outra semente renovadora a que Wiarda no seu livro se refere tem muito a ver com isto. E foi de ordem prática. Muito precisamente consistiu na reorganização corporativa que se sucedeu ao (e em parte decorreu do) movimento crítico acabado de evocar. A sua análise convenceu Wiarda — provavelmente a justo título — de que, para além de ideológicas veleidades, o aspecto decisivo da reorganização dos anos 50 terá sido a criação do Ministério das Corporações e Previdência Social, fundamentalmente virado para uma política selectiva de realizações sociais; a qual tenderia a servir-se da organização corporativa como de simples meio, subordinado às necessidades práticas de um regime que tinha de corresponder às exigências elementares do moderno *welfare state* para sobreviver. Claro que, nessa altura, uma tal estratégia não foi explicitamente formulada. Passou, forçosamente, pelo crivo da ideologia oficial, que tentava encher de vinho novo os seus velhos odres. Mas homens como Marcello Caetano não se enganam ao criticar rigorosamente a própria ideia de um Ministério das Corporações, tão absurda no quadro de um consequente corporativismo como teria sido, no do liberalismo, a de um Ministério da Liberdade. E tinham, do seu ponto de vista, razão. Só que era um ponto de vista em vias de histórica superação.

Em consciência, devo dizer que ponho hoje certas reservas a esta última e tão peremptória sentença. Pois o estudo de alguns aspectos do nosso *corporative revival* dos anos 50 — relacionados designadamente com a organização corporativa da lavoura — me levam a suspeitar de que tendemos hoje a considerar de antemão decididas batalhas que, ao tempo, talvez tenham sido assaz incertas. Estou a lembrar-me, por exemplo, do processo de criação das federações de grémios da lavoura, ao qual uma parte do regime vigorosamente se opunha e para consumir a qual os interessados, a páginas tantas, forçaram mão ao Governo, num autonomismo senhor de vastos desígnios. Com efeito, visavam longe (ou sonhavam alto), quer no plano representativo da defesa dos interesses dos agricultores e das regiões junto dos poderes públicos, em concorrência — por vezes disputa — com outros interesses comerciais e industriais; quer no plano de uma acção económica directa, indo do abastecimento da lavoura em factores de produção até à transformação e à comercialização dos produtos agro-pecuários. Ora este movimento acabou por ter a rédea curta, mas ainda se desentranhou numa série de importantes realizações: os sectores leiteiros de Entre Douro e Minho e da Beira Litoral, as importações de batata de semente, a Estação de Tratamento de Lixo de Lisboa, a Fábrica de Óleos e Rações de Évora, o complexo do Cachão... Eis o que dá muito pano para mangas. Mas não aqui.

Com esta reserva — que o discurso do nosso autor também não exclui — podemos regressar à linha atrás esboçada. Em algumas interessantes páginas (sobretudo pp. 193-208), Wiarda diz-nos das esperanças e desilusões dos corporativistas «associativos» portugueses — com relevo, na altura, para o Prof. Pires Cardoso e para a revista do Gabinete de Estudos Corporativos, de que era animador —, esperanças e desilusões essas centradas na questão das corporações (que aos poucos lá nasceram subalternas), mas abrangendo naturalmente outros temas, como o da formação de quadros à altura (Plano de Formação Social e Corporativa), o da extensão da Previdência, o da dinamização da contratação colectiva, etc.

E descreve o activismo de Veiga de Macedo, que, a partir de 1955, percorreu o País de norte a sul, num ardoroso apostolado, tentando completar a rede dos organismos corporativos primários, criar novas uniões e federações (como as de casas do povo, regulamentadas em 1957), lançar o Serviço Social do Trabalho, etc. Mas conclui afirmando (p. 207) que em 1958 este renascimento já declinava; e informando-nos de que, no I Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social (1960), a crítica interna retomou amargamente os temas versados dez a quinze anos atrás. No fundo — e apesar do advento das corporações —, tudo parecia ter ficado na mesma. Num país em que os salários continuavam insuportavelmente baixos, as condições de trabalho demasiado más e a previdência escassa, quando não pura e simplesmente inexistente. Num país em crise, onde em 1958 aparecera Humberto Delgado e onde os emigrantes começavam a formar legião. Mas esta aparência só em parte correspondia à realidade.

Na realidade, começara a lenta passagem de um corporativismo a outro. E, portanto, algo acabava, que de resto nunca chegou propriamente a começar; num sentido, tudo podia pois dizer-se na mesma: primeiro não houvera corporações e agora elas existiam, mas não funcionavam, nem nunca viriam a funcionar como previsto. Mas algo começava também, e por isso, noutra sentido, muitas coisas já eram, afinal, diferentes. Wiarda compreende muito bem este processo, que decorria simultaneamente em dois planos:

O plano subjectivo da geração mais nova, post-bélica, de funcionários, técnicos e estudantes universitários, «pouco susceptível de se entusiasmar por um sistema desacreditado, produto [mental] das circunstâncias anteriores à guerra [...] e voltada sim para os planos de desenvolvimento inaugurados em 1953, interessada no progresso económico em direcção à Europa e desejosa de mais justiça social» (p. 207), geração essa que se iria cada vez mais opor à velha burocracia corporativa, mas que também era levada, não obstante, a pactuar com o sistema, puxando-o da ideologia para o consumismo e a planificação... (p. 251). Ao passo que muitos empresários também manifestavam uma impaciência cada vez maior contra as teias e peias do condicionamento e da coordenação de um Estado Novo já velho «e burocrático-administrativo por excelência» (p. 292).

O plano objectivo, em que, por um lado, os organismos e o pessoal corporativos proliferavam como cogumelos, com relevo para o respectivo Ministério, que se transformara em «vasta rede de sinecuras», através da qual incontavelmente se multiplicavam as vias de acesso à mesa do Orçamento, espécie de segurança social para amigos sobreposta à verdadeira, que deveria assegurar (pp. 230-231). Ao passo que, por outro lado — e não obstante o que precede —, a função também ia fazendo com que os seus órgãos a desempenhassem um pouco melhor: e por isso se registava um lento progresso da Previdência (que viria a ser acelerado sob Marcello Caetano), bem como a introdução de sucessivas melhorias juslaborais. O «social» entrava decididamente nas preocupações oficiais. E «em 1963», diz Wiarda, «os seus problemas suscitavam uma atenção cada vez maior [...] As pensões, as férias, [...] a justiça social eram o que interessava [...] uma nova Previdência se anunciava para a doença, a invalidez, o desemprego [...] era criada uma nova Caixa Nacional de Pensões, etc.» (pp. 214-215). Era isto o que interessava, «e não a ideologia corporativa nem a corporativa organização», acrescenta Wiarda, cujas expressões aqui e ali

nos sugerem que o corporativismo já nesses anos estava mais morto que vivo ou se transformara em puro instrumento das políticas governamentais, destituído de toda e qualquer vitalidade própria. De outros passos, porém, resulta, sem sombra de dúvidas, que a sua interpretação não é simplista. É apenas perplexa, como perplexa é — a meu ver necessariamente (e bem) — a sua visão do marcelismo.

f) O MARCELISMO

Acerca da última fase do Estado Novo, o nosso autor produz análises e afirmações de distinto teor. Como segue:

Por um lado, acha que ele se manteve, sob Marcello Caetano, «profundamente conservador»; e que o marcelismo constituiu um ensaio «hesitante, ambíguo, fraco [...] reversível» de perpetuar o dito Estado mediante uma «tímida abertura». Vindo a esta, Marcello terá pretendido «alargar um tanto ou quanto a *élite* dirigente, mas não de modo algum proceder a uma genuína democratização»: e o seu objectivo foi tão-só o de «adaptar o regime às novas realidades, fazer os ajustamentos necessários, restaurar a confiança na economia e na administração». Nem mais longe poderia jamais ter chegado — a supor que o desejasse —, pois nunca arranhou «uma base de poder próprio suficientemente forte». E então, num país onde a falta de um centro bastante amplo muito se fazia sentir («*a country with no broad center*»), as suas acções tiveram fatalmente de ser vistas pela esquerda como farsa e pela direita como traição. Neste contexto, o marcelismo começou por ser uma certa abertura, depois recuou precipitadamente, voltou a querer abrir timidamente e acabou por soçobrar «numa renovada indecisão, numa contemporização desastrosa» (v. pp. 252-267).

Mas, por outro lado, Wiarda — reconhecendo que o sentido social de Marcello era «genuíno e sincero» — também nos diz que, sob a sua égide, «as reformas e revoluções corporativas encetadas nos anos 30 foram *pela primeira vez* [sublinhado seu] efectivadas» (p. 271). Acrescenta que o povo português, incluindo as *lower classes*, viveu melhor com Caetano do que jamais antes dele (p. 276). E termina a sua análise da «liberalização» afirmando que, nesse período, alguns sindicatos (bancários, metalúrgicos, têxteis) se tornaram mais fortes do que os grémios com os quais negociavam»; que o Ministério das Corporações tentava reduzir as distâncias entre trabalhadores e patrões; e que, pelo menos ao nível das relações socioprofissionais, um sistema pluralista começava a nascer». Em suma, Portugal evoluía «da estrutura capitalista, autocrática e fechada de Salazar para um Estado social [...] e tais mudanças quase que podem considerar-se revolucionárias» (p. 280).

A aparente contradição entre estes juízos e os que há pouco reproduzimos pode resolver-se, ou, pelo menos, atenuar-se, caso os consideremos conjuntamente à luz da hipótese neocorporativista. É o caminho que toma Wiarda, já sugerido nas páginas anteriores; é o caminho que, embora de outro modo, eu já segui⁶.

Ao que penso, a passagem de um corporativismo a outro — tentada por Marcello Caetano — levar-nos-ia da forma fascista para uma cola-

boração de classes orgânica e permanente sim, mas «europeia», muito mais consensual do que imposta. Wiarda insiste na limitação do âmbito corporativo a «uma ou duas esferas» (p. 269) situadas no terreno social (contratação colectiva, segurança social...). Foi por este lado que Marcello procurou «dinamizar a existente estrutura» (p. 279), excluindo em definitivo os corporativos sonhos de acesso a um poder político, que, de resto, sempre fugiu às corporações, quer no tempo de Salazar, quer no seu (p. 287). Mas, dentro destes limites, o último presidente do Conselho conservou-se fiel à sua originária inspiração, querendo «desenvolver o corporativismo, e não restaurar o liberalismo» (p. 256). Assim se esclarece o que, na sua política, pertence à renovação e o que é da continuidade. Com diverso acento tónico — e ressalvadas algumas divergências secundárias —, sustentamos posições muito semelhantes. Mas uma dessas divergências vem a talhe de foice aqui. Diz respeito à figura de Salazar, cuja complexidade é, quanto a mim, maior. Ora foi ele quem um dia lamentou ter a «revolução legal» (isto é, coactiva, estatal) tido de preceder entre nós a «revolução mental»... Eis o que o não predisporia à hostilidade de princípio para com a meta que Marcello depois se propôs atingir⁷.

Nos países europeus em que mais tem progredido, o neocorporativismo é sobretudo social; pelo menos por ora, tem pouca expressão no plano político; e mesmo que venha a ter, sempre restará que não começou por aí. Ainda bem, pois nunca um tal sistema partirá de uma imposição autoritária do Estado sem que do mesmo passo se esvaia a liberdade dos corpos intermédios, além da dos cidadãos.

IV

CONCLUSÃO

Escrito depois do 25 de Abril, o livro de Wiarda não termina no capítulo sobre o marcelismo. E, por isso, também a minha crítica não devia acabar aqui. Seria preciso segui-lo de espaço, adiante, para com ele criticamente fazer o balanço de um regime corporativo que começou «autoritária e autocraticamente, mas com fortes e genuínas aspirações de justiça social; para depois se converter num agente de hegemonia classista grande-burguesa, elitista e capitalista, sobretudo através da protecção estatal garantida e das vantagens concedidas às maiores empresas comerciais e industriais». Um regime, no entanto, que, dotado de uma forte implantação nas classes médias, explorou o conflito potencial entre estas e as superiores para se definir e impor como poder realmente autónomo (p. 285). E cuja queda não ficou, de resto, a dever-se a qualquer colapso da organização corporativa, a qual bem resistente, pelo contrário, se tem revelado, depois do 25 de Abril. A queda foi sobretudo provocada pela intransigência em matéria colonial, pelas guerras que se desenrolavam longe, que não por uma inevitável decadência do corporativismo «intramuros». Daí que a

⁷ O que não quer dizer que Salazar fosse homem para concordar com o «novo curso» marcelista. Pessoalmente penso que nunca concordaria, mas por razões que têm a ver, por um lado, com as colónias e, por outro, com o método político geral, não com a meta neocorporativa.

herança ainda seja mais difícil de decifrar. A este respeito, Wiarda também oscila, chegando a falar em «explosão inevitável» (p. 241) quando considera o processo da sociedade portuguesa — o que sugere uma como que cega fatalidade da revolução que outras passagens tendem a desmentir. Ora estas são as mais consistentes, voltando a situar o autor na linha do seu ponto de partida; e levando-o a terminar pela referência dos nossos actuais problemas àquela persistente tradição «ibero-latina» e também àquelas tendências imanentes do capitalismo contemporâneo atrás referidas. Eis um caminho fecundo.

Devo terminar aqui esta crítica, que já vai longa. Muita coisa fica evidentemente por dizer. E assim, por exemplo, é verdade que só de raspão levantei dúvidas ou aludi a divergências de interpretação com o autor, não tendo com isso apontado propriamente defeitos da obra, que também os tem. Ainda posso mencionar o principal: tem a ver com a própria ambição dela, sendo por isso indissociável da sua virtude. E consiste em que Wiarda quis descrever e compreender meio século de história de Portugal (colónias à parte, é verdade), o que parece imenso. Ora a quem muito abarca sucede, aqui ou ali, pouco alcançar. Um terreno em que o seu livro deixa francamente a desejar é o da coordenação económica, cujos meandros Wiarda, evidentemente, não conhece bem. Mais em geral, fica-se com a impressão de que, para a síntese tentada, não dispôs de análises sectoriais suficientes. Mas também poderá retorquir-nos que a partir de uma proposta global como a sua é que poderão encetar-se com pleno proveito os trabalhos de especialidade que nos faltam.

Pessoalmente, simpatizo com esta posição, que já defendi. E, seja como for, espero que esta crítica desperte entre os leitores uma curiosidade que o livro criticado bem merece.